

ENTREVISTA

Dr. Paulo César Vicente de Lima
Promotor de Justiça



O Dr. Paulo César Vicente de Lima é graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Direito Público pela PUCMG e mestre em Desenvolvimento Social pela Unimontes. Ingressou no Ministério Público em 2001, tendo atuado nas comarcas de Rio Pardo de Minas, São Francisco, Montes Claros e Belo Horizonte.



1) Fale um pouco sobre sua trajetória de vida na Instituição. Quando foi seu ingresso? Em que comarcas atuou? Aponte atuações de destaque.

Ingressei no Ministério Público em 2001 na Promotoria de Rio Pardo de Minas, onde fui titular e permaneci por cerca de dois anos. Em Rio Pardo, aprendi a ser Promotor de Justiça. Depois, promovi para São Francisco, onde aprendi a amar o meio ambiente e que é “preciso cuidar do homem para cuidar do rio”. Fui Coordenador Regional das Promotorias de Justiça da Bacia do São Francisco, quando tive a oportunidade de conhecer todo o Norte de Minas e suas riquezas, em especial os povos e comunidades tradicionais. Promovido para Montes Claros, permaneci na Coordenadoria Regional e posteriormente fui designado para a Coordenação Geral das Promotorias de Justiça de Defesa das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Nessa época, tivemos a oportunidade de contribuir com o CAOMA para a estruturação das promotorias por Bacia Hidrográfica, em especial as Coordenadorias Regionais de Uberaba, Governador Valadares, Ubá, Patos de Minas e Teófilo Otoni. Em seguida, fui convidado para a Coordenação-Geral da Cimos, mesma época em que estive na Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça junto ao setor de sedes próprias e ao CEAF. Nessa mesma ocasião, durante cerca de quatro anos, atuei como Membro Colaborador junto ao CNMP na Comissão de Direitos Fundamentais, participando de grupos e coordenando projetos. Retornei a Montes Claros há cerca de três anos e atualmente atuo na 7ª Promotoria de Justiça com atribuição na defesa do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Patrimônio Cultural e Conflitos Agrários. Também tenho cooperado em comarcas do interior, aqui no Norte de Minas, com muito gosto.

2) A partir de quando o senhor começou a atuar com base em Projetos Sociais?

Desde quando entrei, em 2001, percebi que, sobretudo para enfrentar situações sociais complexas, como a pobreza extrema e a desigualdade, nossos instrumentos tradicionais não tinham o condão de dar a resposta no tempo que as pessoas precisam e merecem. Mas foi em São Francisco onde desenvolvemos o primeiro projeto – O Projeto João Botelho Neto, que tinha entre seus objetivos a revitalização do Córrego do Pajeú na Zona Rural daquele município. Foi uma experiência enriquecedora. Ali percebi o poder de mobilização social do Ministério Público. A sala da Promotoria ficou pequena e várias vezes nos reunimos debaixo de uma mangueira existente em frente à promotoria, dado o grande número de pessoas interessadas em colaborar com a revitalização daquela sub-bacia hidrográfica. Naquela mesma ocasião, tivemos a oportunidade de receber em São Francisco, a pedido do então PGJ, a visita do ambientalista Hugo Eiras Furkin Werneck. Com Dr. Hugo percorremos a comarca e depois todo o Norte de Minas fazendo palestras de sensibilização para a defesa do Meio Ambiente. Esta parceria foi tão contagiante e intensa que hoje temos no Norte várias pessoas que eram parceiras na época e se dizem “Werneckianos”.

Com Dr. Hugo, aquele promotor egocêntrico do início da carreira, transformou-se. Ele nos ensinava o que se passou a proclamar, nessas paragens, como as “premissas werneckianas para enfrentamento da crise ambiental: sensibilização das pessoas para a questão ambiental; trabalhar sempre com e não contra alguém; a família como célula potencializadora do desenvolvimento sustentável; discurso sempre otimista. A utilização dessa “filosofia de atuação” nos permitiu uma maior aproximação com a sociedade e o fortalecimento das parcerias. O promotor já não era apenas o acusador.

3) Como foi o contexto de elaboração da resolução que criou o Props no MP? Qual a importância institucional dessa resolução?

Quando estava na Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente em Montes Claros, éramos, na época, eu, os oficiais do MP e um motorista, com toda a bacia do São Francisco no Norte de Minas para cuidar. Assim, buscamos construir uma estratégia de atuação através de parcerias. Criamos, através de convênio, o primeiro NIEA-NM – Núcleo Interinstitucional de Estudos e Ações Ambientais no Norte de Minas, parceria entre o MP e diversas universidades atuantes na Região. Foi feito amplo diagnóstico dos principais gargalos ambientais da região e estabelecidos projetos de atuação que depois se convolveram em programas. Podemos citar, por exemplo, o Projeto Raízes, o Projeto Plantando Água, o PGA - Projeto de Gestão Municipal Ambiental, o Projeto Novas Fronteiras, dentre outros tantos. Essa experiência do NIEA foi, à época, levada para outras Coordenadorias e chegamos a ganhar Honra ao Mérito lá no STF no âmbito do INNOVARE de 2012. Bons tempos! Na mesma época, entrei no mestrado da UNIMONTES em Desenvolvimento Social buscando entender melhor a complexidade dos graves problemas sociais do Norte de Minas e o papel do MP. Descobri que o MP é instituição fundamental para o desenvolvimento do Brasil na medida em que tem o potencial de contribuir para a formação de capital social, aquele que só aumenta com o uso e é reconhecido por instituições, como, por exemplo, o próprio Banco Mundial, como importante para o desenvolvimento. O capital social são os laços de confiança, reciprocidade e solidariedade no tecido social. O mesmo que Herrera Flores nomina de capacidades sociais simbólicas.

Desenvolvíamos os projetos, mas não havia uma regulamentação no MP. Eu e um Juiz amigo meu, certa vez, resolvemos fazer uma grande mobilização na Cidade de Montes Claros para implantação de um projeto a partir da nossa experiência do NIEA-NM. Cometemos um grande erro. O projeto que se convolou em Programa era chamado Semeando a Paz e a Dignidade e objetivava catalisar parcerias para intervenção numa das regiões mais pobres de Montes Claros. O erro foi que não institucionalizamos o Projeto nem havia uma regulamentação. Gastamos muita energia, o projeto ficou lindo e ia muito bem. Mas acontece que eu não era o Promotor Natural da área social, o Juiz não tinha competência na área, fomos ambos para Belo Horizonte, o prefeito perdeu a eleição, os professores universitários que atuavam brilhantemente conosco se transferiram para outras cidades. Enfim, o projeto acabou e perdemos todo aquele esforço.

Em razão desse erro foi que, quando assessorávamos o Dr. Gregório Assagra no CEAF, resolvemos entabular a resolução que criou o PROPS - Procedimento para Promoção de Projetos Sociais. Tinha acabado o mestrado em Desenvolvimento Social e minha dissertação – O Ministério



Público como Instituição Potencializadora do Desenvolvimento Sustentável – Reflexões a partir de experiências concretas – serviu de norte para a regulamentação. A ideia é que, seguindo a resolução, pudéssemos ter no MP um mínimo de uniformidade nos projetos e sobretudo continuidade mesmo em caso de saída da comarca do idealizador. Ou seja, o PROPS, como instrumento de atuação do MP, permite a continuidade do projeto mesmo com a mudança de promotor e acaba servindo como um roteiro para a construção do projeto. O que devemos ficar atentos com a atuação através de projetos é que o PROPS deve ser instaurado apenas após várias reuniões com os diversos parceiros e a construção de uma matriz de responsabilidades. Não dá para você acordar num dia inspirado, ir para o computador e achar que pode instaurar um PROPS. Não pode ser assim. Eu mesmo já tive vários desses momentos, aí ia para as reuniões com os parceiros, normalmente pessoas que atuam com outras ciências para além do Direito, e muitas vezes fui convencido da inadequação daquela ideia. O objetivo do PROPS é enfrentar um problema social complexo quando nossos instrumentos tradicionais não são adequados. O projeto social não pode jamais substituir a política pública. Isso não é papel do MP. O papel do Promotor é, diante de uma situação complexa, estabelecer parcerias, conversar muito, reunir-se e estabelecer um planejamento de ação, que, dando resultados positivos, pode convolar-se, aí sim, em política pública.

4) Como surgiram, quais são os objetivos, a abrangência e importância social dos projetos Jardins para as Borboletas e Próximos Passos?

“Borboletas e Mariposas” - neste álbum há desenhos lindos de borboletas e informações de que plantas devemos cultivar para atrair as “cores que voam”. Ele conta a história de um borboletário que foi implantado no Jardim Botânico em Belo Horizonte e seus efeitos sobre as relações interpessoais dos funcionários e dos visitantes. Dr. Hugo presenteava as autoridades locais com esse álbum e os incentivava a construir esses jardins. Em 2016, quando retornei a Montes Claros, encontrei uma caixa desses álbuns e, pela primeira vez, vi uma carta de Dr. Hugo que acompanhava os álbuns. O título é “por uma cultura da vida”, onde faz alusão à vida da borboleta, sua beleza e processo de metamorfose e nos instiga a criar os jardins. Aceitei o desafio quando nossa colega Ana Eloisa Marcondes da Silveira, colega que me sucedeu na Coordenadoria de Meio Ambiente em Montes Claros, faleceu. Ficamos muito abalados e tivemos a ideia de homenageá-la com um jardim. Nas conversas com os parceiros, resolvemos ampliar as homenagens para outras 13 mulheres de Montes Claros que contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Na época, estávamos trabalhando na execução penal e com as pessoas em situação de rua. Verificamos que a política pública destinada à inclusão pelo trabalho dessas pessoas não ia bem e não era suficiente. Dado o preconceito, havia grande número de detentos com direito ao trabalho externo e pessoas em situação de rua que não conseguiam oportunidade em razão da sua condição. Assim, resolvemos



envolvê-los na execução dos jardins, como estratégia de combate ao preconceito pela beleza e pela arte. A ideia é mostrar que essas pessoas são capazes de fazer coisas boas e bonitas para a sociedade, minimizando a imagem ruim que prevalece no senso comum e dando-lhes oportunidades. Assim, os detentos e as pessoas em situação de rua passaram a integrar o projeto. Os detentos, na execução de esculturas de borboletas gigantes em aço e sucata, orientados pelo artista Gu Ferreira. As pessoas em situação de rua passaram a ser contratadas para cuidar dos jardins. Além dos resultados para os participantes diretos do projeto, sua repercussão social possibilitou a aprovação de uma lei municipal que criou em Montes Claros o Banco de Oportunidades para egressos e pessoas em situação de rua. Doravante, 5% da mão de obra das empresas que ganharem licitação no município deverão ser desse público. Vejam que belo resultado!

Já o Projeto Próximos Passos surgiu de um nascimento. O Conselho Tutelar de São João da Lagoa encaminhou ao abrigo da comarca de Coração de Jesus, onde coopero, uma criança recém-nascida. Disseram que a mãe era negra “lá dos quilombolas”, muito pobre e não tinha condições de ficar com a criança, pois estavam morando debaixo de uma árvore. Sensibilizado, pedi que me mandassem fotos da comunidade. Solicitei à historiadora e ao antropólogo da CIMOS que fizessem uma visita. A equipe identificou a comunidade de Alegre como a comunidade quilombola mais vulnerável de MG. Reuniões, parcerias, contatos e com apoio da CIMOS instauramos o PROPS. Neste caso específico, a vulnerabilidade é alarmante: preconceito, analfabetismo de quase toda a comunidade, casas em péssimo estado de conservação; ausência de transporte, falta de água, falta de luz, nem sequer sabiam o que era ser quilombola. Uma exclusão total! A ideia do projeto Próximos Passos é realizar reuniões periódicas com município, estado, universidades, judiciário, comunidade e demais parceiros buscando a efetivação de seus direitos fundamentais e pactuando a cada reunião as responsabilidades. As reuniões ocorrem na promotoria, na sede do município e principalmente na comunidade, onde atualizamos a matriz de responsabilidades e pactuamos de forma transparente e acessível à comunidade os próximos passos e ações.

5) Quais os resultados sociais alcançados?

Os resultados sociais do Jardins para as Borboletas, além da lei municipal que criou o Banco de Oportunidades, é a diminuição do preconceito e o aumento da rede de apoio a esses grupos. A cidade está ficando mais bonita e quem está contribuindo para isso acontecer são os detentos e as pessoas em situação de rua. Essa mensagem é muito boa. As oportunidades estão ressurgindo.

No que tange ao projeto Próximos Passos, a comunidade, que nem sequer sabia o que era ser quilombola, agora já conseguiu sua certificação na Fundação Palmares. Durante o evento do MP Itinerante que aconteceu este ano em São João da Lagoa, a comunidade criou a Associação comunitária da comunidade de Alegre. Estão organizados. Está sendo construída uma sala multiuso na comunidade através de doações de parceiros, em especial o TJMG, através dos editais de penas pecuniárias. As estradas foram melhoradas, foram construídas três casas novas para os membros



da comunidade. Vários adultos ingressaram na escola e estão se alfabetizando. A Unimontes está iniciando o estudo antropológico para a reterritorialização da comunidade, em diálogo com os donos das terras. As coisas vão sendo pactuadas passo a passo.

6) Deixe uma mensagem final para o MP.

A mensagem que gostaria de passar para os colegas é que sou muito feliz sendo Promotor de Justiça. Procuro fazer tudo com muito carinho. Tenho a maior alegria quando ganho um júri, quando vem uma condenação em ACP ou em um processo criminal. Mas tão alegre fico quando vejo os olhos brilhando de felicidade de quem nunca teve acesso a nada e vê seu direito reconhecido através de uma atuação resolutiva do MP por meio dos projetos sociais! Os resultados são excelentes para os destinatários do projeto, para a comunidade, para a imagem do MP e para nossa alma.